

Em linhas gerais não, não é a principal... A agência não tem a atribuição de gerar políticas públicas, mas, eventualmente, a gente contribui sempre que é instado a se manifestar. Posso dar um exemplo, recentemente recebemos uma decisão judicial de um juiz de 1ª instância, salvo engano de Niterói, pedindo para que a gente fizesse alguma avaliação em relação ao impacto do corredor transoceânico na linha de barcas, e a gente deu alguma contribuição dentro dos limites que a gente conseguia. Então, eventualmente a gente se manifesta, mas não é uma linha de atuação direta da Agência.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Bem, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Alexandre. Acho que o Deputado Luiz Paulo abordou com muita clareza que a nossa preocupação principal é o usuário do sistema de trem, que é o passageiro. Nas últimas duas reuniões da CPI foi colocado tanto para o senhor quanto para o representante da SUPERVIA que essas discussões estavam avançando. Nós temos um prazo para elaboração do relatório, e a todo momento a CPI tenta buscar um entendimento entre a concessionária, no caso a SUPERVIA, e o poder público concedente, no caso o estado, no sentido de resolver esse grave problema. Hoje, com a chegada do representante da GUMI., ficou muito claro que todos os investimentos que vierem por parte do Governo Estadual serão investidos para a garantia e a melhoria do transporte no sistema, visando principalmente ao usuário, não para pagar dívida, e sim para investimento no sistema. Quando falo no sistema, falo das canaletas, dos dormentes, na questão da acessibilidade, a sinalização, todas essas questões.

Dr. Alexandre, na última audiência o senhor destacou muito claro aqui, e fiquei até tranquila, que as negociações estavam avançando. Mas, a cada audiência que se tem aqui na Casa, a cada olitiva que se põe esse tema em discussão, está sempre em discussão, está sempre avançando, está sempre sendo debatido o tema, mas não tem a clareza de que, a partir de agosto, já tinha sido colocado pelo Antônio Carlos, da SUPERVIA, que se não houvesse essas tratativas por parte do Governo Estadual, esse aporte financeiro para a SUPERVIA, o sistema iria paralisar. Então, a preocupação que se tem, e o Luiz Paulo já fez essa pergunta, não só ao representante da empresa, o Sr. Ota, mas a você, Alexandre, de que a responsabilidade está por parte do Governo Estadual, porque a preocupação que todos nós temos é que a cada dia, em todas as audiências se fala a mesma coisa entendeu, Alexandre: estamos negociando, estamos nas tratativas, estamos... Só estamos, mas não se chega a nada de concreto. Quando o Deputado Luiz Paulo pede a minuta desse termo aditivo é justamente para que a CPI possa ter também essa visão do que está sendo realmente discutido e que vai vir a beneficiar o sistema para o sistema não parar.

Então queria fazer uma pergunta a você, Alexandre, quem são as pessoas que participam efetivamente dessas discussões, desse aporte financeiro que o Governo do Estado pretende fazer através da SUPERVIA? E por que dizendo isso? Porque a passagem estava 5 e ia passar para 7, até com a autorização na época da AGETRANSP, foi congelada porque a população não aguenta mais aumento de tarifa. A população empobreceu e ela não tem condição de pagar mais R\$ 2,00 de aumento de tarifa. Então no meu entendimento já que não houve aumento de tarifa, então o Estado pode fazer os seus investimentos. E quando eu falo em investimento, o próprio Estado tem recurso para isso, correto? O Pacto RJ tem recursos que possam fazer investimento na área da SUPERVIA. Então, gostaria de saber quem efetivamente participa dessas discussões porque já estamos aqui há três meses discutindo e toda vez que se coloca essa questão a todo momento se firma a mesma posição por parte do Governo do Estado: estamos em fase de discussão, elaborando, vendo de perto qual é a necessidade real, o que realmente pode ser feito por parte do Estado de aporte financeiro. Então, gostaria de saber quem são as pessoas que efetivamente Alexandre, participam. O Secretária de Transporte participa, não participa?

O SR. ALEXANDRE DAIUTO - Sim, participa.  
A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - A AGETRANSP participa?  
O SR. ALEXANDRE DAIUTO - A AGETRANSP também tem conhecimento, mas não está não em todas as reuniões. Ela compartilha...

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - O Grupo GUMI do Sr. Ota aqui, participa?

O SR. ALEXANDRE DAIUTO - Participou de algumas reuniões também. Não em todas, mas também participou de algumas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - A SUPERVIA participa?  
O SR. ALEXANDRE DAIUTO - Participa.  
A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Então, todas as pontas importantes, a SUPERVIA participa, a AGETRANSP participa, o representante da concessão que é a SUPERVIA, participa. Todos esses segmentos já estão há bastante tempo discutindo essa questão. Então, queria solicitar a você, Alexandre, que encaminhasse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a minuta desse decreto. Já que todas as pontas estão sentando, estão discutindo qual é o percentual, qual é o aporte financeiro que vai ser colocado para que o sistema volte a funcionar, para que a própria CPI possa também analisar. Porque o que nós queremos é que a SUPERVIA volte a transportar o que transportava no passado ou até mais. Mas com qualidade para o usuário. Porque a nossa preocupação é o sistema não quebrar para evitar que o trabalhador deixe de ter o transporte e fique ao Deus dará.

Por isso que para nós, através dessa CPI que colocou luz nesse tema, é importante que não só os deputados que fazem parte da CPI como os outros demais deputados que compõem a Casa todos tenham noção exata de que o Governo do Estado só colocou luz nesse problema a partir do momento em que foi instalada a CPI. Porque até então, o sistema estava se deteriorando há mais de um ano e a população é que estava pagando o preço de não ter um transporte de qualidade nem a questão da pontualidade.

Então, eu queria só nas suas considerações Dr. Alexandre que o senhor falasse com o seu secretário para que ele possa encaminhar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para que a gente possa ter conhecimento do que realmente está sendo preparado e elaborado desse termo aditivo, para resolver definitivamente essa questão que aflige a todos nós. Então, queria saber do senhor se há possibilidade de ser encaminhado esse termo aditivo.

O SR. ALEXANDRE DAIUTO - Conforme até foi colocado logo no pedido anteriormente, foi elucidado que está em andamento. Na verdade, nós não contamos com a possibilidade efetiva de uma minuta nesse instante, mas exatamente vai haver um momento em que a minuta vai estar madura, vai haver a condição de contar com dados que possam ser aí debatidos, mas possam ser...

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Se vai citar essa negociação, já está sendo feita há dois meses. A minha preocupação não só minha, como a do usuário do sistema como um todo que é a população, a massa trabalhadora, é o seguinte, nós já estamos em que dia de julho hoje?

O SR. ALEXANDRE DAIUTO - 11.  
A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - 11 de julho. Ficou de ter uma definição sobre essa situação no mês de julho, porque em agosto a todo momento foi colocado aqui nessa CPI que se não tivesse esse ajuste por parte de aporte financeiro por parte do Estado o sistema ia paralisar.

Então, como presidente da CPI e os demais membros aqui estamos preocupados com isso, nós já estamos no dia 10 de julho. Quanto tempo mais ainda falta para que esse termo aditivo possa ser elaborado? Porque já está aí se arrastando há algum tempo.

Queria dizer também que o Thiago Basílio está aqui, que é o nosso defensor público. Quer usar da palavra? Depois vou passar a palavra para o Dr. Thiago.

Então, para finalizar, Alexandre, eu queria que você me respondesse, se for possível, através do Secretário de Transporte, quando essa minuta pode ser encaminhada para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque hoje é dia 11 de julho. Nós temos aí mais o quê? 19 dias para terminar o mês. Provavelmente, nós devemos marcar uma próxima olitiva, até para saber ser o termo aditivo chegou ou não, porque a preocupação nossa, Waldeck, é que o prazo está o quê? Apertado. A corda está esticando, o prazo está apertado.

Hoje eu ouvi, por parte do Sr. Ota, aqui, que se não tiver

aporte financeiro, o sistema deixa de operar. Então, eu gostaria de ouvir do senhor sobre essa questão do termo aditivo.

O SR. ALEXANDRE DAIUTO - Deputada, compreendo e compartilho também. Nós estamos com a mesma preocupação em relação ao tema. De fato, eu não tenho a possibilidade e condição de estabelecer uma data efetiva, mas eu tenho como afirmar a urgência que está impressa na condução das conversas e dos pontos que estão em aberto e que estão sendo definidos nesse momento.

Então, eu só não consigo, de fato, cravar uma determinada data, mas posso traduzir aqui, com tranquilidade, o fato de que existem pontos que são avançados, para poder finalizar e chegar-se a um termo maduro de negociação e, a partir daí, ter em julho essa definição, conforme eu disse anteriormente. Julho da definição para que se afaste a preocupação premente do mês de agosto, como tem sido alertado muito também pela própria CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Eu queria lembrar, Deputado Waldeck Carneiro, que o ganho que CPI teve até este momento foi colocar luz nesse problema tão grave que existe e que a população está aflita, e com razão, porque o sistema de transporte ferroviário é importante para o trabalhador, porque ele vive do sistema de transporte, ele vive da ferrovia, ele vive do trem. Então, a CPI teve essa oportunidade, está tendo essa oportunidade de dar essa, abrir essa discussão, colocar todos os atores na mesa para se tratar dessa situação com muita clareza e rapidez. Porque já estamos há três meses, faltam mais 19 dias, e essa minuta não chega.

Não sei em que ponto estão essas negociações porque nós, enquanto membros do Parlamento, não fazemos parte do Poder Executivo, mas gostaria de deixar bem claro aqui, Dr. Alexandre, que daqui uns 15 dias, se for necessário, vamos convocar outra audiência pública, antes do final do mês de julho, para saber em que pé se encontram essas negociações. Se elas existem, de fato, ou são só discussão que não estão levando a lugar nenhum, que é essa a preocupação que eu tenho.

Eu tenho essa preocupação hoje, porque já estamos no dia 11 de julho e em nenhum momento se coloca aqui, por parte da Secretária de Estado que essa minuta desse termo aditivo já está pronta, que já foi negociada com todas as partes. Então, está sendo discutido, só que o prazo está contra o usuário do sistema de transporte que, no caso, é o usuário.

Então, eu queria deixar isso muito claro, Waldeck. Hoje é dia 11; vamos aguardar mais 15 dias. Dia 25. Vamos ver aqui no nosso calendário para marcar uma nova audiência, uma olitiva, colocando todos os atores para tentar de que forma vai ficar essa situação. Porque hoje, como um ponto positivo, foi que hoje voltou o trem expresso de Santa Cruz em dois horários, de madrugada. Três: 4h45, 5h10 e 5h15, uma coisa assim.

Foi a primeira questão que foi abordada lá atrás, que era a volta do expresso Santa Cruz, hoje voltou funcionando só nos horários da madrugada. Daqui a 15 dias volta a funcionar o retorno da Central do Brasil para Santa Cruz, só no dia 27 de julho. E a população está aguardando.

Então, Dr. Eduardo, fico mais uma vez lhe cobrando, vou ligar agora para o senhor pessoalmente; se puder, vou pessoalmente conversar com o senhor para ver se as coisas se resolvem. Agora começou a acender a luz vermelha. Hoje é dia 11. É claro que o representante não vai dizer: "Não, a situação ainda não está definida. Vamos esperar", vai dizer que está aguardando o Governo do Estado se posicionar. Mas nós, enquanto representantes da CPI, estamos preocupados com essa demora toda. Já se está há três meses nessa discussão.

Vou passar a palavra para o Dr. Thiago Basílio, defensor público do Rio de Janeiro.

O SR. THIAGO BASÍLIO - Bom dia. Bom dia, Deputada Lucinha, Deputado Waldeck, bom dia a todos.

Primeiramente peço desculpa pelo atraso. O Eduardo teve um problema de última e hora me ligou meio em cima.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Ele está com Covid, não é?

O SR. THIAGO BASÍLIO - É, estava até indo lá fazer o teste para confirmar. O segundo teste, o primeiro parece que já deu.

E perdi o começo, então às vezes posso ser repetitivo na minha fala em alguns pontos, mas pensando em pontuar algumas coisas. Até essa semana por coincidência a gente recebeu lá na Defensoria uma intimação de uma ação civil pública de 2010 da Defensoria questionando o sistema de transporte público aqui no Rio, as deficiências e os problemas. Não por coincidência, lendo a inicial novamente a gente vê que os problemas são muito parecidos, desde aquele período, alguns detalhezinhos diferentes, mas, grosso modo, a gente vê que é um problema recorrente e crônico aqui no Rio de Janeiro.

E quanto à questão do reajuste que foi falado agora, gostaria só de lembrar de um ponto, assim, a CPI trouxe uma luz ainda mais para esse problema, mas desde fevereiro, esse problema começou quando estava previsto o início do reajuste e a gente vê se repetir no cenário de 2021. Porque em 2021 também havia previsão de reajuste excessivo e que foi num primeiro momento suspenso para as negociações entre as partes e quando chegou mais ou menos em julho a gente teve a notícia de uma hora outra que ia voltar o preço anterior porque não tinha se chegado a um acordo entre as partes aí, veio uma decisão administrativa da AGETRANSP suspendendo. Então a gente fica apreensivo porque o cenário se repete e o risco do que a população não quer, um serviço deficiente num preço injusto que já é uma dificuldade hoje, ainda mais com essa previsão de 7 reais.

Mas quanto ao tema debatido aqui hoje eu tinha pontuado algumas coisas. Quanto à linha expressa, já tive a boa notícia de que vai voltar, já voltou alguns horários e vai voltar...

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Voltou hoje na parte da madrugada, três composições. No dia 27 de julho vai voltar também a circular o trem Central do Brasil-Santa Cruz, na parte da tarde e noite.

O SR. THIAGO BASÍLIO - Esperamos a ampliação dessa linha porque é uma demanda bem recorrente da população e não só aqui na CPI como também na Defensoria.

Quanto a GUMI, empresa que vai ser ouvida hoje, não sei se eu vou ser repetitivo nas minhas perguntas, mas a gente tinha pontuado algumas perguntas aqui para fazer, se a GUMI opera em outros estados, em outras cidades aqui do Rio de Janeiro e quais são as dificuldades e as diferenças que foram apuradas nesse período aqui no Rio para outras cidades.

E também se a empresa produz algum componente que é utilizado no trem ou serviço final, o que também já chegou a ser debatido aqui, então gostaria de saber se a GUMI ou a Mitsui tem algum componente que é utilizado no produto final.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Com a palavra o Sr. Ota.  
O SR. KAZUHISA OTA - Bom, primeiro a pergunta. GUMI Brasil tem investimento único na SUPERVIA aqui no Rio de Janeiro. Então, nossa empresa não tem outro investimento fora a SUPERVIA. Mas falando a Mitsui, que eu não sou acionista controlador, tem participação minoritária na Linha 4 do metrô de São Paulo e também VLT carioca da Prefeitura do Rio de Janeiro.

E segunda pergunta sobre o ramo de negócio do nosso acionista, da componente, não, não temos isso.

O SR. THIAGO BASÍLIO - Está ótimo. Só complementando, a Mitsui sendo a controladora, não sei se saberia responder o representante da GUMI., mas, assim, se é pontuada alguma diferença na atividade-fim, algum destaque de diferença ou dificuldade entre a operação em São Paulo e aqui no Rio de Janeiro. Porque a gente sabe que São Paulo também tem alguns problemas, mas aqui os problemas são mais recorrentes. É destacada alguma diferença?

O SR. KAZUHISA OTA - Acho que cada sistema tem as suas peculiaridades, não posso fazer uma comparação genérica, mas uma grande diferença é, a concessão da SUPERVIA, eu, ano... 98, 1998 é muito antigo, e antes de estabelecimento, criação de lei de PPP, parceria público-privada, ou seja, o que a lei permite, a lei de concessão permite é uma coisa, mas outra concessão que nós temos, a Mitsui tem participação em São Paulo, é o PPP, onde tem melhor definição de responsabilidade de cada parte e também permite o pagamento de subsídio do poder concedente para a concessionária.

Então, desse nascimento do negócio, nasceu de forma diferente. Então, essa aqui é uma grande diferença comparando a nossa concessão da SUPERVIA e de São Paulo. A nossa experiência.

O SR. THIAGO BASÍLIO - Está ótimo, obrigado.  
A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Mais alguma pergunta,

doutor?

O SR. THIAGO BASÍLIO - Não, seria isso. Obrigado.  
A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Obrigada, Dr. Thiago. Obrigada pela presença de todos.  
Provavelmente, a próxima reunião será depois do dia 15 de julho. 20 de julho, 25 de julho, faremos uma nova audiência aqui. Gostaria de agradecer a presença de todos.  
Está encerrada a reunião.

Id: 2415779

## Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 2187/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 12804/2022

R E S O L V E :

NOMEAR DOUGLAS FREDERICO DIAS, matrícula nº 429.363-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto ao Gabinete do Deputado Renan Ferreirinha, na vaga decorrente da exoneração de Eduardo da Silva Coutinho.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 2188/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 13029/2022

R E S O L V E :

NOMEAR FILIPE MENEZES SANTOS, matrícula nº 425.234-2, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Liderança, símbolo A2, junto à Liderança do PATRIOTA-Deputado Val Ceasa, na vaga decorrente da exoneração de Maurício Fortuna de Freitas.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 2189/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 13133/2022

R E S O L V E :

NOMEAR PAULO VITOR SOARES FERREIRA UBALDINO, matrícula nº 429.339-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, junto ao Gabinete do Deputado Renan Ferreirinha, na vaga decorrente da exoneração de Viviane Cristine Ramalho de Souza Oliveira, concomitantemente com a sua própria exoneração.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 2190/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 13132/2022

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, PAULO VITOR SOARES FERREIRA UBALDINO, matrícula nº 429.339-5, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 7, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Renan Ferreirinha.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 2191/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 13072/2022

R E S O L V E :

NOMEAR MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 429.377-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete do Deputado Doutor Serginho, na vaga decorrente da exoneração de Maria Fernanda Brandão dos Santos Vazquez.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 2192/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 13071/2022

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, MARIA FERNANDA BRANDÃO DOS SANTOS VAZQUEZ, matrícula nº 429.181-1, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Doutor Serginho.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

ATO "E"/MD/Nº 2193/2022

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 13197/2022

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, BRUNO CARDOSO, matrícula nº 424.697-1, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, sím-